

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA _____ VARA
FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA/DF.**

MARCELO RIBEIRO FREIXO, brasileiro, casado, Deputado Federal pelo PSOL/RJ, portador da identidade parlamentar nº 56315 e CPF nº 956.227.807-72; **TALÍRIA PETRONE SOARES**, brasileira, solteira, professora e Deputada Federal pelo PSOL/RJ, portadora da identidade nº 12.608.655-2 DETRAN/RJ, CPF nº 111.382.957-52; **LUIZA ERUNDINA DE SOUSA**, brasileira, solteira, Deputada Federal pelo PSOL/SP, portadora da identidade parlamentar nº 56371, RG nº 6.020.647-SSP/SP, CPF nº 004.805.844-00, **EDMILSON BRITO RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, Deputado Federal pelo PSOL/PA, portador da identidade nº 2105665 SSP/PA e inscrito no CPF/MF sob o nº 090.068.262-00, **SAMIA DE SOUZA BOMFIM**, brasileira, Deputada Federal pelo PSOL/SP, portador a do CPF nº 391.547.328-67 e do RG nº 30.577.301-X; **FERNANDA MELCHIONA E SILVA**, brasileira, solteira, Deputada Federal pelo PSOL/RS, portadora da CI no 6074311736 e CPF no 002.134.610-05, título de eleitor no 0848.00660469 - Zona 002 e Seção 0064, **IVAN VALENTE**, brasileiro, casado, Deputado Federal pelo PSOL/SP, portador da identidade parlamentar nº56359 e inscrito no CPF/MF sob o nº 376.555.828-15, **DAVID MICHAEL DOS SANTOS MIRANDA**, brasileiro, em união estável, Deputado Federal pelo PSOL/RJ, portador da carteira de identidade nº 23.107.006-1, expedida pela DIC/RJ, inscrito no CPF sob o número 123.940.737-80, **HENRIQUE FONTANA**, Deputado Federal pelo PT/RS, brasileiro, casado, deputado federal, portador da identidade no 7012558495 SJS/RS e CPF nº 334.105.180-53, com endereço no Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Gabinetes 725, 617, 620, 310, 617, 621, 716, 264, 256 respectivamente, Anexo 4, Brasília - DF, CEP 70160-900, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por sua procuradora signatária, com fundamento no que dispõe o inciso LXXIII do art. 5º da Constituição Federal, da Lei nº 4.717/65 e nos demais dispositivos legais atinentes à matéria , ajuizar a presente

**AÇÃO POPULAR COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE
CARÁTER INCIDENTE**

em face de **JAIR MESSIAS BOLSONARO**, brasileiro, casado, Presidente da República Federativa do Brasil, portador da carteira de identidade SSP/DF nº 3.032.827, inscrito no CPF sob o nº 453.178.287-91, com endereço no Palácio do Planalto, Praça dos Três Poderes, em Brasília/DF, CEP 70.150-900, **ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES**, brasileiro, delegado da Polícia Federal, Diretor-geral da Polícia Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com endereço no SAS Qd. 06, LT 9/10, Ed. Sede - CEP 70.037-900 - BRASÍLIA/DF e **UNIÃO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 00.394.411/0001-09, com endereço no Palácio do Planalto, sito à Praça dos Três Poderes, s/nº, o qual deverá ser citado por meio da Advocacia-Geral da União, com endereço no SAS Qd. 03, Lote 5/6 – Ed. Multi Brasil Corporate, 7º e 8º Andar, Brasília – DF, Cep: 70070-030, pelos fatos e fundamentos que passa a expor.

PRELIMINARMENTE:

Da Competência.

A presente ação popular tem por objetivo a anulação de ato lesivo à moralidade administrativa, consistente na nomeação do delegado federal Alexandre Ramagem Rodrigues ao cargo de Diretor-geral da Polícia Federal, com desvio de finalidade e evidente violação às normas da Constituição da República.

Conforme prevê o art. 5º da Lei 4.717/65, que regula a ação popular, a competência para seu julgamento é definida a partir da origem do ato a ser anulado, conforme as regras de organização judiciária, sendo o juízo competente aquele que o for para as causas que interessem ao ente respectivo, isto é, a Justiça Federal de Primeira Instância.

Vale registrar que a impugnação a um ato praticado pelo Presidente da República não enseja a competência dos Tribunais Superiores para o julgamento da demanda, sendo competente a Justiça Federal de 1º grau de jurisdição, uma vez que a situação em exame não se insere em nenhuma das hipóteses previstas nos artigos 102 e 105 da Constituição da República, como de competência do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

Assim, tendo em vista que a presente ação se destina a impedir a prática de ato contrário ao ordenamento jurídico pátrio por autoridade federal, a competência será da Justiça Federal de Primeira Instância.

Da Legitimidade ativa.

O requisito legal exigido pela Lei 4.717/65 para o ajuizamento da ação popular é a qualidade de cidadão. Todos os Autores são Deputados Federais no exercício do mandato, portanto, possuem legitimidade ativa para propor a presente ação.

Do Litisconsórcio Passivo Necessário.

O ato administrativo questionado é de competência do Presidente da República, ora inserido no polo passivo da presente ação.

No entanto, a anulação também repercutirá na esfera jurídica do nomeado, pois uma vez anulado o ato, a relação jurídica dos envolvidos será afetada. Assim, tanto Alexandre Ramagem Rodrigues, quanto a União, devem integrar o polo passivo em razão da controvérsia da relação jurídica. Neste sentido, o art. 114 do Código de Processo Civil prevê que essas partes também devem integrar o polo passivo:

Art. 114. O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

Por esta razão, Alexandre Ramagem Rodrigues e a União foram incluídos como litisconsortes passivos necessários.

DO OBJETO DA PRESENTE AÇÃO:

Cumpra-se analisar, nesta ação popular, a existência de vício a macular o ato lesivo à moralidade administrativa e à legalidade, praticado pelo Presidente da República, à luz do art. 2º da Lei nº 4.717/1965, abaixo transcrito:

Art. 2º São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de:

- a) incompetência;
- b) vício de forma;
- c) ilegalidade do objeto;
- d) inexistência dos motivos;
- e) desvio de finalidade.**

Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidade observar-se-ão as seguintes normas:

- a) a incompetência fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou;
- b) o vício de forma consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato;
- c) a ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo;
- d) a inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido;
- e) o desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.**

Conforme será demonstrado, na situação em exame, resta evidente o desvio de finalidade na nomeação de Alexandre Ramagem Rodrigues (DOC. 1) realizada nesta data (28/04) para o cargo de Diretor-geral da Polícia Federal, sendo clara a nulidade do ato praticado pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECRETOS DE 27 DE ABRIL DE 2020

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso I, da Constituição, resolve:

NOMEAR

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, ficando exonerado do cargo que atualmente ocupa.

Brasília, 27 de abril de 2020; 199ª da Independência e 132ª da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 2º-C da Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, resolve:

NOMEAR

ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Polícia Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ficando exonerado do cargo que atualmente ocupa.

Brasília, 27 de abril de 2020; 199ª da Independência e 132ª da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Portanto, a nomeação acima é nula pelas razões de fato e de direito que se passará a expor.

DOS FATOS

Em coletiva de imprensa realizada no dia no último dia 24 de abril, o ex-Ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sr. Sérgio Fernando Moro, ao anunciar a sua demissão, deu declarações que apontam interesses não republicanos, por parte do Presidente da República, para a nomeação do atual Diretor-geral da Polícia Federal.

Segundo o ex-ministro, a sua demissão foi motivada pela decisão do Presidente da República de exonerar o então Diretor-geral da Polícia Federal, Sr. Maurício Leite Valeixo, no dia 23 de abril. A exoneração foi publicada no Diário Oficial da União com as assinaturas eletrônicas do Presidente e do então Ministro, Sérgio Moro. Ocorre que durante a coletiva de imprensa o ex-ministro afirmou que foi surpreendido pela publicação e que não havia assinado o decreto.

Sérgio Moro também relatou que a tentativa de troca de Valeixo vinha ocorrendo desde meados de 2019 e que alertou o Presidente sobre uma possível interferência política na instituição:

"Falei para o presidente que seria uma interferência política. Ele disse que seria mesmo"¹.

A exoneração de Valeixo da Polícia Federal não foi a primeira divergência entre Sérgio Moro e o Presidente da República. Em agosto de 2019 o presidente anunciou a troca do superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro sem o conhecimento da cúpula da instituição. Neste mesmo período Bolsonaro afirmou que o Diretor-geral da Polícia Federal seria subordinado a ele, e não ao Ministro Sérgio Moro². Durante o Simpósio Nacional de Combate à Corrupção, realizado em Salvador no mesmo mês, delegados da Polícia Federal divulgaram uma carta onde defenderam que *"a Polícia Federal não deve ficar sujeita a declarações polêmicas em meio a demonstrações de força que possam suscitar instabilidades em um órgão de imensa relevância, cujos integrantes são técnicos, sérios, responsáveis, e conhecedores de sua missão institucional"*³.

¹ DOC. 2. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-exonera-diretor-geral-da-pf-em-meio-a-negociacoes-para-permanencia-de-moro.shtml?origin=folha>. Acesso em: 24 de abril.

² Idem.

³ DOC. 3. Disponível em:

<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/delegados-dizem-que-pf-nao-deve-ficar-sujeita-a-declaracoes-polemicas-em-meio-a-demonstracoes-de-forca/>

O ex-ministro afirmou também que, em diálogo com o Presidente da República, o mesmo teria afirmado que queria mexer na Polícia Federal para ter acesso a relatórios de inteligência:

[O] “Presidente me disse mais de uma vez que ele queria ter uma pessoa do contato pessoal dele, que ele pudesse ligar, colher relatórios de inteligência. Realmente não é o papel da Polícia Federal prestar esse tipo de informação. As investigações têm que ser preservadas. Imaginem se durante a própria Lava Jato, o ministro, um diretor-geral, presidente, a então presidente Dilma, ficassem ligando para o superintendente em Curitiba para colher informações sobre as investigações em andamento”⁴.

Neste mesmo diálogo, o ex-ministro afirma que o Presidente da República estaria preocupado com inquéritos que tramitam no Supremo Tribunal Federal. Um deles refere-se ao inquérito sigiloso que apura *fake news* e ofensas contra autoridades, em análise pelo Ministro Alexandre de Moraes. Segundo artigo publicado pela revista Veja, nos últimos dias Bolsonaro teria recebido informações de que o inquérito obteve “*indícios contundentes do envolvimento do vereador do município do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro*” no esquema de propagação de *fake news*: “*A água está subindo*”, disse o Diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, para o ex-ministro, se referindo ao inquérito que tem na linha de frente um delegado da Polícia Federal, responsável pela parte operacional como levantamento de dados, quebra de sigilos telemáticos e bancários⁵.

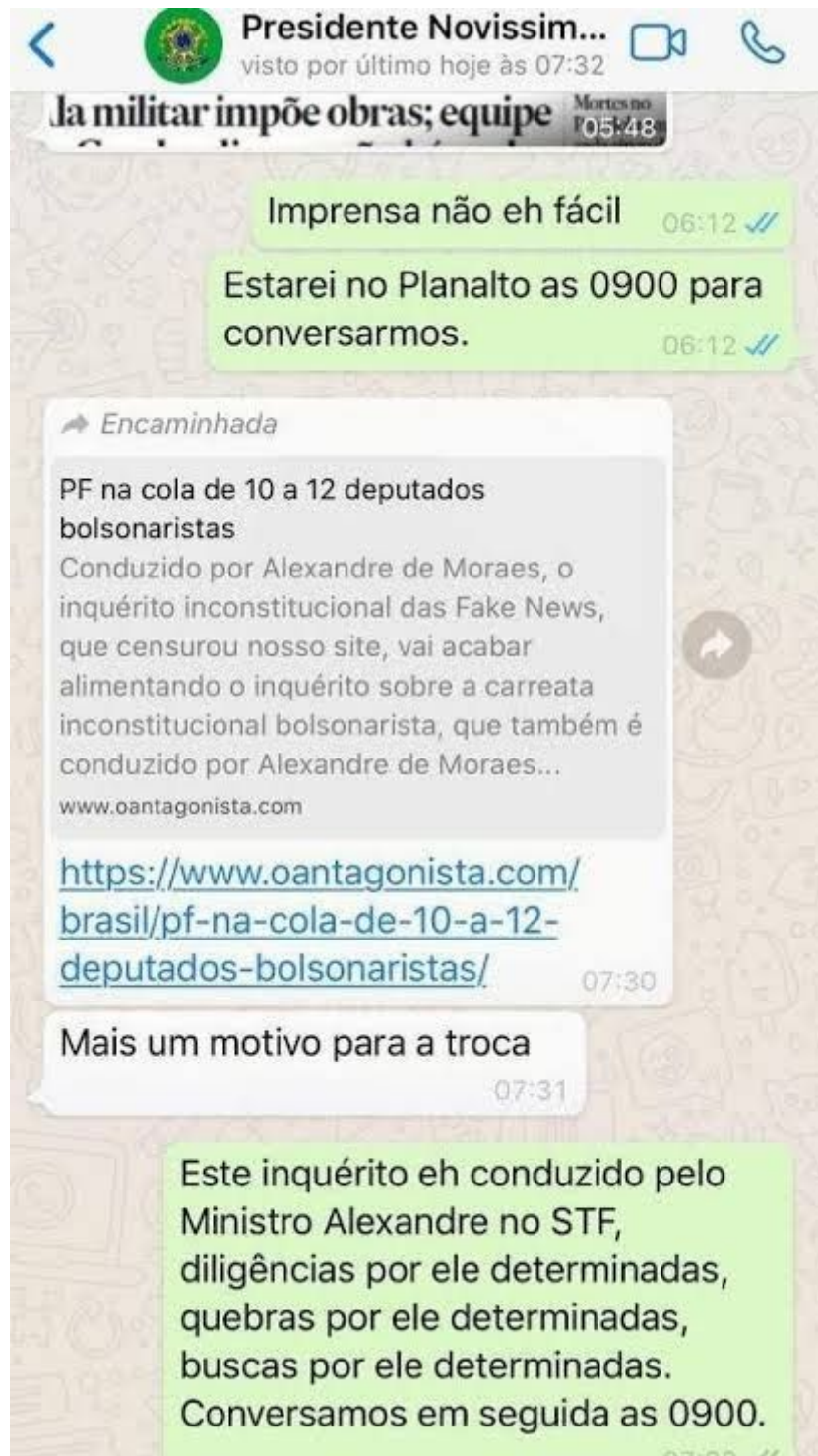
Ainda no dia 23 de abril, o Jornal Nacional divulgou conversa de *Whatsapp* entre Sérgio Moro e o Presidente Jair Bolsonaro com a seguinte imagem:

⁴ DOC. 4. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/08/22/bolsonaro-diretor-geral-da-pf-e-subordinado-a-mim-nao-ao-ministro-moro.htm>

⁵ DOC. 5. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-pediu-a-moro-que-interferisse-em-inquerito-que-envolve-carlos/>



Ou seja, a partir do título da matéria compartilhada pelo Presidente Bolsonaro, de que a PF estava na cola de deputados bolsonaristas e que isso, segundo a mensagem enviada logo em seguida, seria "mais um motivo para a

troca", corrobora o desvio de finalidade admitido pelo próprio Presidente da República, em sua coletiva de imprensa, às 17h do dia 24 de abril⁶.

(...)

Será que é interferir na Polícia Federal quase que exigir, implorar a Sergio Moro, que apure quem mandou matar Jair Bolsonaro? A PF de Sergio Moro mais se preocupou com Marielle do que com seu chefe supremo. **Cobrei muito deles isso daí.** Não interferei. Eu acho que todas as pessoas de bem no Brasil querem saber. Entendo, me desculpe senhor ex-ministro: entre meu caso e o da Marielle, o meu está muito menos difícil de solucionar. Afinal de contas, o autor foi preso em flagrante de delito, mais pessoas testemunharam, telefones foram apreendidos. Três renomados advogados, em menos de 24 horas, estavam lá para defender o assassino.

Isso é interferir na Polícia Federal? Será que pedir à Polícia Federal, quase implorar, via ministros, que fosse apurado o caso Marielle, no caso porteiro da minha casa 58, na avenida Lúcio Costa, 3.100?

(...)

Eu sempre disse aos meus ministros: "A confiança tem que ter dupla mão". Ministro quer que eu confie nele, quer e tem razão. Mas eu também quero que o ministro confie em mim. Sempre falei para ele: **"Moro, não tenho informações da Polícia Federal. Eu tenho que todo dia ter um relatório do que aconteceu, em especial nas últimas 24 horas, para poder bem decidir o futuro dessa nação"**. Eu nunca pedi para ele o andamento de qualquer processo, até porque a Inteligência com ele perdeu espaço na Justiça. Quase que implorando informações.

E assim eu sempre cobre informações dos demais órgãos de Inteligência oficiais do governo, como a Abin, que tem à frente um delegado da Polícia Federal. Uma pessoa que eu conheci durante a minha campanha, que tem um nome e é respeitado por seus companheiros.

(...)

⁶ DOC. 6. Íntegra do discurso do Presidente disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/24/leia-integra-do-discurso-de-bolsonaro-apos-demissao-de-moro.htm>.

Jamais pecarei por omissão. Falei para ele: **"Quero um delegado**, que pode não ser o seu, pode não ser o meu, mas que eu sinta, além da competência óbvia, se bem que isso é uma coisa comum entre os delegados da Polícia Federal, **que eu possa interagir com ele. Por que não?** Eu interajo com os homens da inteligência das Forças Armadas, se preciso for. Eu interajo com a Abin. Interajo com qualquer um do governo.

(...)

E outra coisa: é desmoralizante para o presidente ouvir isso. Mais ainda externar. Ou não trocar, porque não foi trocado, sugerir a troca de dois superintendentes entre 27. **O do Rio, (pela) questão do porteiro, a questão do meu filho 04, Renan, que agora tem 20, 21 anos de idade. Quando, no clamor da questão do porteiro, do caso Adélio, que os dois ex-policiais teriam ido falar comigo, também apareceu que o meu filho 04 teria namorado a filha desse ex-sargento.**

Eu comecei a correr atrás. Primeiro chamei meu filho (e falei): "abre o jogo". "Pai, eu saí com metade do condomínio, nem lembro quem é essa menina, se é que eu estive com ela". Hoje a vida é assim. A intenção de dizer que meu filho namorava a filha do ex-sargento era que nós tínhamos relacionamento familiar. Eu não me lembro dele. Pode ser até que tenha tirado foto com ele — durante pré-campanha, campanha, era comum eu tirar em média 500 fotografias por dia, porque essa era minha imprensa.

E daí eu fiz um pedido para a Polícia Federal, quase como por favor: chegue em Mossoró (RN) e interrogue o ex-sargento. Foram lá, a PF fez o seu trabalho, interrogou e está comigo a cópia do interrogatório onde ele diz simplesmente o seguinte: "A minha filha nunca namorou o filho do presidente Jair Bolsonaro porque minha filha sempre morou nos Estados Unidos".

(...) Grifos nossos.

Ou seja, o próprio Presidente admitiu em sua coletiva de imprensa ter interferido em investigação (no caso Marielle, a Polícia Federal foi à Mossoró interrogar um prisioneiro, a pedido do Presidente, por causa da citação do seu filho

Jair Renan Bolsonaro) e admitiu que queria nomear um Diretor-geral a quem possa pedir informações, ter relatório de tudo que acontece todos os dias.

Não se olvida que seja da competência do Presidente da República nomear o Diretor-geral da Polícia Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública. A nulidade do ato não recai sobre a competência, mas sim sobre a finalidade.

Resta claro que a intenção da exoneração do Delegado Maurício Valeixo, pela nomeação do Delegado Alexandre Ramagem é uma só: obter informações sigilosas, podendo, até, interferir em investigações da Polícia Federal.

Cristalino está o desvio de finalidade. Ramagem é a pessoa de confiança de Jair Bolsonaro que poderá passar as tão desejadas informações sobre a atuação da Polícia Federal, como nos inquéritos das fake news envolvendo, Carlos Bolsonaro e deputados bolsonaristas, da execução da Vereadora Marielle Franco, envolvendo Jair Renan Bolsonaro e da rachadinha e milícia, envolvendo Flávio Bolsonaro, desviando-se da persecução do interesse público pelo interesse estritamente privado e pessoal/familiar de Jair Bolsonaro.

Os fatos estão dados.

Carlos Bolsonaro e outros deputados bolsonaristas são investigados no inquérito que apura as *fake news*⁷ - o que ensejou a mensagem de Bolsonaro para Moro dizendo que era "*mais um motivo para troca*".

Flávio Bolsonaro é investigado no inquérito que apura a prática de rachadinha e envolvimento com a milícia⁸.

O Presidente pediu à Polícia Federal do Rio de Janeiro para realizar um interrogatório de Ronnie Lessa sobre o suposto envolvimento de seu filho, Jair Renan Bolsonaro, com a filha do ex-sargento, acusado de ser o executor da Vereadora Marielle Franco:

⁷ DOC. 7. "PF teria identificado Carlos Bolsonaro como mentor de fake news contra STF". Disponível em:

<<https://istoe.com.br/pf-teria-identificado-carlos-bolsonaro-como-mentor-de-fake-news-contra-stf/>> e DOC. 8. "Investigação da Polícia Federal contra Carlos deixa Jair Bolsonaro irritado". Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-abr-23/investigacao-pf-carlos-deixa-bolsonaro-irritado>>. Acesso de ambos em: 24 de abril.

⁸ DOC. 9. "EXCLUSIVO: rachadinha de Flávio Bolsonaro financiou prédios ilegais da milícia no Rio, mostra investigação do MP". Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/04/25/flavio-bolsonaro-rachadinha-financiou-milicia/>>. Acesso em: 25 de abril.

Eu fiz um pedido para a Polícia Federal. Quase com um por favor: "Chegue em Mossoró e interrogue o ex-sargento". Foram lá, a PF fez o seu trabalho, interrogou e **está comigo a cópia do interrogatório**. Onde ele diz simplesmente o seguinte: "A minha filha nunca namorou o filho do presidente Jair Bolsonaro, porque a minha filha sempre morou nos Estados Unidos". Grifos nossos.

Se Jair Bolsonaro não fosse Presidente da República, não poderia ter pedido favor à Polícia Federal do Rio, nem trocar o comando da Polícia Federal, exatamente no momento em que o órgão de investigação de aproxima de seu clã. Mas se utiliza da competência que lhe é conferida pelo art. 2º-C da Lei nº 9.266/96, para exonerar o antigo Diretor-geral da Polícia Federal, que se "insubordinava as suas demandas", para nomear alguém de sua confiança e controle, praticando ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.

Destaca-se que Alexandre Ramagem foi Diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), tendo atuado de julho de 2019 até o momento em que foi nomeado Diretor-geral da Polícia Federal. Em 2018, Ramagem assumiu o comando da segurança de Jair Bolsonaro, durante a campanha eleitoral, logo após o mesmo ter sido vítima, em setembro, de um atentado a faca em Juiz de Fora/MG.

Mas não só.

O atual Diretor-geral da Polícia Federal é amigo íntimo de Carlos Bolsonaro, investigado pelo órgão como um dos articuladores do esquema criminoso de *fake news*⁹. A impessoalidade que deve existir no serviço público passou ao largo da relação entre Alexandre Ramagem e Carlos Bolsonaro. O investigador e o investigado possuem relação de amizade íntima como já foi noticiado e como pode ser verificado diretamente no Instagram de Carlos Bolsonaro de 01 de janeiro de 2019¹⁰:

⁹ DOC. 10. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-tenta-aval-do-stf-para-nomear-amigo-de-carlos-na-chefia-da-pf.shtm>>. Acesso em: 27 de abril.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BsFB78ohnrh/?igshid=i4ds11glsr7c>>.



carlosbolsonaro • Seguir
Brasília, Brazil

4 11 / curtidas Responder

robert_carioca9 Seus safados
3 h Responder

tonfranc Cara e não é que é verdade mesmo. Foto de casais. Incluindo o Índio casal com Carluxo
1 h 1 curtida Responder

helbertfernandesfonseca Huummmmm.....ta protegido agora neném
44 min Responder

jonathan_alenda Família
37 min Responder

137.509 curtidas
1 DE JANEIRO DE 2019

Entrar para curtir ou comentar.

Diante dos fatos expostos, não restam dúvidas de que o ato praticado pelo Chefe do Executivo é nulo de pleno direito, eis que atende apenas aos interesses privados, revelando o desvio de finalidade perpetrado pela nomeação do atual Diretor-geral da Polícia Federal, razão pela qual deve ser considerado nulo, conforme dispõe o art. 2º, parágrafo único, alínea e, da Lei nº 4.717/65.

DO DIREITO:

A Ação Popular é o meio constitucional adequado para que qualquer cidadão possa pleitear a nulidade de atos administrativos ilegais, imorais e lesivos ao patrimônio público, à moralidade pública, à supremacia do interesse público e outros bens jurídicos tutelados e indicados no texto constitucional.

O ato praticado pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro, ao se utilizar da sua prerrogativa de indicar livremente o Diretor-geral da Polícia Federal do Ministério de Justiça e Segurança Pública para, de forma sub-reptícia e fraudulenta, alguém que vai se subordinar aos "pedidos pessoais/quase um favor" para que lhe passe relatórios ou informações sigilosas de investigação em andamento e, quem sabe, interferir diretamente no curso de uma investigação contra seus filhos - algo que já fez ao pedir que se interrogasse Ronnie Lessa para saber sobre o

envolvimento de seu filho Jair Renan Bolsonaro, no inquérito que apura a execução da Vereadora Marielle Franco, afronta diferentes princípios da administração pública e outros dispositivos legais, constituindo uma afronta ao Estado Democrático de Direito ao qual o mesmo, por força do cargo que exerce e do compromisso constitucional prestado quando de sua posse, comprometeu-se a zelar e defender.

No direito administrativo, motivo e finalidade são considerados elementos do ato administrativo exatamente para permitir a ampliação do controle do Poder Judiciário sobre os atos da Administração Pública. A finalidade é o resultado do ato administrativo, o efeito mediato que se quer alcançar, tendo como objetivo final o interesse público.

A finalidade de todo ato administrativo é o interesse público. Qualquer ato contrário ao interesse público é ilegal. Segundo lecionava Hely Lopes Meirelles,

O que o princípio da finalidade veda é a prática de ato administrativo sem interesse público ou conveniência para a Administração, visando unicamente satisfazer interesses privados, por favoritismo ou perseguição dos agentes governamentais, sob a forma de desvio de finalidade. Esse desvio de conduta dos agentes públicos constitui uma das mais insidiosas modalidades de abuso de poder¹¹.

A professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, afirma que “em sentido amplo, a finalidade sempre corresponde à consecução de um resultado de interesse público. Já sob um sentido restrito, a finalidade é o resultado específico que cada ato deve produzir, conforme definido em lei”¹².

Ainda segundo a professora Di Pietro, o princípio da supremacia do interesse público, também chamado de princípio da finalidade pública, está presente tanto no momento da elaboração da lei como no momento da sua execução em concreto pela Administração Pública. Ele inspira o legislador e vincula a autoridade administrativa em toda a sua atuação.

O ato praticado com desvio de finalidade, assim como todo aquele praticado de forma ilícita ou imoral, é camuflado por uma aparente legalidade e expressão do interesse público, apresentando a dificuldade adicional de comprovação de suas

¹¹ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 35º ed., 2009, p. 94.

¹² PIETRO, Maria Sylvia Zanella di, Direito Administrativo, 21º ed., São Paulo: Atlas, 2007, pág. 198.

reais intenções por se revestir de uma aparente legalidade, como é o ato ora rechaçado.

Verifica-se a prática do desvio de finalidade quando a autoridade, embora atuando nos limites de sua competência, atua por motivos ou com fins diversos dos previstos em lei ou exigidos pelo interesse público, ou seja, utiliza-se de um ato administrativo aparentemente legal, mas com finalidades obscuras e contrárias ao interesse público. O caso tratado nesta ação versa exatamente sobre o desvio de finalidade.

O Presidente da República editou ato normativo exonerando Mauricio Valeixo logo após a aproximação das investigações da Polícia Federal ao nome de Carlos Bolsonaro. Ato seguinte, nomeou amigo íntimo do investigado, Alexandre Ramagem, para o cargo de Diretor-geral da Polícia Federal, logo após discurso em cadeia nacional afirmando que deseja receber informações e relatórios sobre a atuação daquele órgão de investigação.

O princípio da moralidade, ora violado pelo ato normativo combatido, princípio basilar da administração pública previsto no art. 37 da Constituição da República, é o norte do atuar do Chefe do Executivo.

A probidade administrativa está intrinsecamente ligada aos princípios da legalidade e da moralidade administrativa. Pelo princípio da legalidade, o administrador deve atuar em conformidade com a lei, pelo princípio da moralidade, este mesmo administrador deve atuar com ética e moralidade. É precisamente o que não ocorre com a conduta do Presidente da República, cujos atos e falas já apontaram a verdadeira finalidade por trás do ato praticado, ainda que revestido de uma aparente legalidade.

Ao nomear Alexandre Ramagem para o cargo de Diretor-geral da Polícia Federal do Ministério de Justiça e Segurança Pública após exonerar o anterior ocupante do cargo precedido de declarações de que precisava de informações sobre a atuação da Polícia Federal - órgão de investigação do Estado, não do Governo -, o Presidente da República atua com desvio de finalidade, viola o princípio da moralidade administrativa, previsto no art. 37, *caput*, da Constituição da República, revelando-se um ato de improbidade administrativa, na forma prevista pelo art. 4º e art. 11, I da Lei nº 8.429/92. Por isso, o ato questionado deve ter sua legalidade avaliada pelo Poder Judiciário.

Ademais, há precedentes da Justiça Federal de anulação de atos de nomeação realizados pelo Chefe do Executivo por desvio de finalidade, como no presente caso. Como o investigador pode ser amigo íntimo dos investigados? Fosse

um juiz, por ser amigo das partes, seria suspeito e não poderia atuar num processo penal, nos termos do art. 254, I do Código de Processo Penal.

Trata-se, portanto, de coerência republicana.

DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE CARÁTER INCIDENTAL:

Conforme demonstrado acima, há sobejos elementos que evidenciam a probabilidade de direito. Com efeito, restou comprovado *fumus boni iuris* do ato lesivo à moralidade administrativa, praticado com desvio de finalidade pelo Presidente da República, ante evidentes violações ao ordenamento jurídico e ofensa aos princípios basilares que devem reger a administração pública.

Ao contrário, o *periculum in mora* decorre de sua manutenção no cargo, que coloca em risco as investigações já em curso contra Flávio Bolsonaro, Carlos Bolsonaro e os deputados bolsonaristas, além da malversação da Polícia Federal para fins particulares, como ocorreu no caso de Jair Renan Bolsonaro¹³,

Assim, a sustação do ato de nomeação de Alexandre Ramagem Rodrigues para o cargo de Diretor-geral da Polícia Federal do Ministério de Justiça e Segurança Pública não apresenta nenhum perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Estando atendidos os requisitos do art. 300 do CPC, a tutela provisória de urgência de caráter incidental é medida que se impõe.

DOS PEDIDOS:

Em face dos fatos e fundamentos apresentados, requerem os Autores:

- A. Seja concedida a medida liminar pleiteada, com a concessão da tutela provisória de urgência pretendida, para sustar os efeitos do decreto de nomeação de Alexandre Ramagem Rodrigues ao cargo de Diretor-geral da Polícia Federal do Ministério de Justiça e Segurança Pública, publicado nesta data, até o julgamento definitivo da presente

¹³DOC. 11. "Bolsonaro diz que teve acesso a depoimento sigiloso e pediu troca da PF no Rio por investigação de caso Marielle". Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-teve-acesso-depoimento-sigiloso-pediu-troca-da-pf-no-rio-por-investigacao-de-caso-marielle-24392211>>. Acesso em 25 de abril.

ação, a fim de que seja impedida a sua posse ou exercício no respectivo cargo;

- B. A citação dos demandados, nos endereços acima indicados, para que, querendo, contestem a presente ação popular, sob pena de revelia, e do Estado do Rio de Janeiro, para que conteste ou exerça a faculdade que prevê o § 3º do art. 6º da Lei 4.717/65;
- C. A citação da União, na pessoa de seu representante legal, especialmente para que, nos termos § 3º do art. 6º da Lei 4.717/65, exerça sua faculdade de atuar ao lado dos Autor na defesa do interesse público;
- D. A intimação do Ministério Público para atuação no presente feito;
- E. A produção de todas as provas admitidas em Direito, dentre as quais documental, testemunhal, depoimento pessoal, e documental superveniente, registrando, desde logo, a autenticidade dos documentos e anexos acostados a esta exordial;
- F. Seja julgada a procedência da presente ação, para anular a nomeação de Alexandre Ramagem Rodrigues ao cargo de Diretor-geral da Polícia Federal do Ministério de Justiça e Segurança Pública, praticado pelo Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, por se tratar de ato lesivo à moralidade administrativa e à legalidade, tornando sem efeito quaisquer outros atos que tenham sido praticados em decorrência do impugnado;
- G. Requer, ainda, que seja anotado na capa dos autos e onde mais couber, exclusivamente, o nome da Dra. Evelyn Melo Silva, inscrita na OAB/RJ sob o nº 165.970, para constar toda e qualquer publicação, sob pena de nulidade.

Dá à causa o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Brasília, 28 de abril de 2020.



EVELYN MELO SILVA
OAB/RJ 165.970